



ESTE RELATÓRIO
FOI PRODUZIDO EM
COLABORAÇÃO COM:



2024 RELATÓRIO PLANETA VIVO

Um Sistema em Perigo

WWF

A WWF é uma organização independente de conservação, com mais de 38 milhões de seguidores e uma rede global ativa através de lideranças locais em mais de 100 países. A nossa missão é travar a degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro em que as pessoas vivam em harmonia com a natureza, preservando a diversidade biológica mundial, assegurando a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis e promovendo a redução da poluição e do consumo desnecessário.

ZSL (Sociedade Zoológica de Londres) Instituto de Zoologia

Fundada em 1826, a ZSL é uma instituição internacional de conservação, impulsionada pela ciência, que trabalha para restaurar a vida selvagem no Reino Unido e em todo o mundo; protegendo espécies críticas, restaurando ecossistemas, ajudando as pessoas e a vida selvagem a viverem em conjunto e inspirando o apoio à natureza. Através dos nossos principais jardins zoológicos de conservação, Londres e Whipsnade, aproximamos as pessoas da natureza e utilizamos os nossos conhecimentos para proteger a vida selvagem hoje, ao mesmo tempo que inspiramos nos conservacionistas de amanhã um amor eterno pelos animais.

A ZSL gere o Índice Planeta Vivo numa parceria de colaboração com a WWF.

Citação

WWF (2024) Relatório Planeta Vivo 2024 - Um Sistema em Perigo. WWF, Gland, Suíça.

Conceção e infografia por: Weirdesign

Imagem da capa: © pilli / Adobe Stock

ISBN: 978-2-88085-319-8

Living Planet Report® e Living Planet Index® são marcas registadas da WWF Internacional.

Agradecimentos

Equipa Editorial

Rebecca Shaw (WWF-Global Science): Chefe de redação
Kimberley Marchant (WWF-Global Science): Diretor de redação
Amanda Keagu (WWF-Global Science): Diretor editorial
Alex Batka (WWF-Global Science): Editor
Kate Graves (WWF-Global Science): Diretor de produção
Samantha Cheng (WWF-Global Science): Líder de prova
Mabel Baez Schon, Emily Mills e Nasser Olwero (WWF-Global Science): Apoio editorial
Barney Jeffries (swim2birds.co.uk): Escritor e editor
Weirdesign: Designer gráfico

Comité de Direção

Zach Abraham (WWF Internacional), Mike Barrett (WWF-Reino Unido), Katie Gough (WWF Internacional), Chris Hallam (WWF-Greater Mekong), Eise Hendel (WWF-Noruega), Aimée Leslie (WWF-Peru), Rebecca Shaw (WWF-Ciência Global) e Jeff Worden (WWF Internacional)

Autores

Maud Abdelli (WWF-Suíça), Zach Abraham (WWF Internacional), Dominic Andradi-Brown (WWF-Estados Unidos), Mike Barrett (WWF-Reino Unido), Nathan Bennett (WWF-Global Science), Becky Chaplin-Kramer (WWF-Global Science), Samantha Cheng (WWF-Global Science), Stefanie Deinet (Sociedade Zoológica de Londres), Robin Freeman (Sociedade Zoológica de Londres), Sarah Glaser (WWF-Estados Unidos), Rachel Golden-Kroner (WWF-Estados Unidos), Brent Loken (WWF-Global Science), Valentina Marconi (Sociedade Zoológica de Londres), Louise McRae (Sociedade Zoológica de Londres), Ravic Nijbroek (WWF-Países Baixos), Jeff Opperman (WWF-Global Science), Pablo Pacheco (WWF-Global Science), Hannah Puleston (Sociedade Zoológica de Londres), Stephanie Roe (WWF-Global Science), Lucia Ruiz (WWF-Estados Unidos), Kirsten Schuijt (WWF Internacional), Abel Valdivia (WWF-Estados Unidos), Aaron Vermeulen (WWF Internacional) e Daniel Viana (WWF-Estados Unidos)

Contributos da WWF

Este relatório é o resultado de uma consulta alargada e das contribuições dos nossos colegas de toda a Rede WWF. Os colaboradores da WWF transmitiram a sua experiência, conhecimentos e comentários sobre o conteúdo deste Relatório Planeta Vivo. Expressamos a nossa profunda gratidão e respeito pelas suas inestimáveis contribuições para este relatório.

Agradecimentos especiais

Estamos gratos pelo valioso conhecimento e contributo dos nossos colaboradores da Universidade de Exeter: Jesse Abrams, Tim Lenton, Tom Powell e Steve Smith, bem como assessores: Rosamunde Almond e Winnie De'Ath.

Gostaríamos também de agradecer a todos os que gentilmente adicionaram dados à Base de Dados Planeta Vivo (www.livingplanetindex.org) e especificamente àqueles que apoiaram a recolha de dados nos últimos dois anos: dados para o Brasil: Filipe Serrano (Universidade de São Paulo, Brasil) e Helga Correa Wiederhecker (WWF-Brasil); dados para peixes migratórios de água doce: Zeb Hogan (Universidade do Nevada, Estados Unidos), Samol Chhuoy (Universidade Real da Agricultura e Universidade Real de Phnom Penh, Camboja) e Peng Bun Ngor (Universidade Real da Agricultura, Camboja). Gostaríamos também de agradecer aos participantes do workshop de desenvolvimento do Índice do Planeta Vivo (LPI) realizado no ZSL em setembro de 2023 e os seus contributos para as recomendações de curto e longo prazo para o desenvolvimento do LPI.





2024 RELATÓRIO PLANETA VIVO

Um Sistema em Perigo

SUMÁRIO EXECUTIVO



Quando os impactos cumulativos atingem um limiar, a mudança perpetua-se sozinha, resultando numa mudança substancial, frequentemente abrupta e potencialmente irreversível - um ponto de rutura.

A natureza está a perder-se - com enormes implicações para todos nós

A biodiversidade sustenta a vida humana e está na base das nossas sociedades. No entanto, todos os indicadores que acompanham o estado da natureza à escala global mostram um declínio.

Nos últimos 50 anos (1970-2020), a dimensão média das populações de animais selvagens monitorizadas diminuiu 73%, conforme medido pelo Índice Planeta Vivo (LPI). Este baseia-se em quase 35.000 tendências populacionais e 5.495 espécies de anfíbios, aves, peixes, mamíferos e répteis. As populações de água doce sofreram os maiores declínios, com uma redução de 85%, seguidas das populações terrestres (69%) e marinhas (56%).

A nível regional, os declínios mais rápidos registaram-se na América Latina e nas Caraíbas - um declínio preocupante de 95% - seguido de África (76%) e da Ásia e do Pacífico (60%). Os declínios foram menos dramáticos na Europa e na Ásia Central (35%) e na América do Norte (39%), mas isto reflete o facto de os impactos em grande escala na natureza já serem evidentes antes de 1970 nestas regiões: algumas populações estabilizaram ou aumentaram graças aos esforços de conservação e à reintrodução de espécies. A degradação e perda de habitat, impulsionadas principalmente pelo nosso sistema alimentar, são as ameaças mais registadas em cada região, seguidas da sobre-exploração, das espécies invasoras e das doenças. Outras ameaças incluem as alterações climáticas (mais citadas na América Latina e nas Caraíbas) e a poluição (sobretudo na América do Norte e na Ásia e Pacífico).

Ao monitorizar as alterações na dimensão das populações de espécies ao longo do tempo, o LPI é um indicador de alerta precoce para o risco de extinção e ajuda-nos a compreender a saúde dos ecossistemas. Quando uma população desce abaixo de um determinado nível, essa espécie pode não ser capaz de desempenhar o seu papel habitual no ecossistema - quer seja a dispersão de sementes, a polinização, o pastoreio, o ciclo de nutrientes ou os muitos outros processos que mantêm os ecossistemas a funcionar. Populações estáveis a longo prazo proporcionam resiliência contra perturbações como doenças e fenómenos meteorológicos extremos; um declínio das populações, como mostra o LPI global, diminui a resiliência e ameaça o funcionamento do ecossistema. Isto, por sua vez, compromete os benefícios que os ecossistemas proporcionam às pessoas - desde os alimentos, a água potável e o armazenamento de carbono para um clima estável até aos contributos mais vastos que a natureza dá para o nosso bem-estar cultural, social e espiritual.

Estão a aproximar-se pontos de viragem perigosos

O LPI e outros indicadores semelhantes mostram que a natureza está a desaparecer a um ritmo alarmante. Embora algumas mudanças possam ser pequenas e graduais, os seus impactos cumulativos podem desencadear uma mudança maior e mais rápida. Quando os impactos cumulativos atingem um limiar, a mudança perpetua-se sozinha, resultando numa mudança substancial, frequentemente abrupta e potencialmente irreversível. A isto chama-se um ponto de rutura.

No mundo natural, é muito provável que se verifiquem vários pontos de rutura se as tendências atuais se mantiverem, com consequências potencialmente catastróficas. Estes incluem pontos de rutura globais que representam graves ameaças para a humanidade e para a maioria das espécies, que danificariam os sistemas de suporte de vida da Terra e desestabilizariam as sociedades em todo o mundo. Os primeiros sinais de alerta indicam que vários pontos de rutura a nível mundial estão a aproximar-se rapidamente:

- Na biosfera, a **mortalidade em massa dos recifes de coral** destruiria a pesca e a proteção contra as tempestades de centenas de milhões de pessoas que vivem nas costas. O **ponto de rutura da floresta tropical amazónica** libertaria toneladas de carbono para a atmosfera e perturbaria os padrões climáticos em todo o mundo.
- Na circulação oceânica, o **colapso do giro subpolar**, uma corrente circular a sul da Gronelândia, alteraria drasticamente os padrões climáticos na Europa e na América do Norte.
- Na criosfera (as partes geladas do planeta), o **derretimento dos mantos de gelo da Gronelândia e da Antártida Ocidental** provocaria uma subida do nível do mar de muitos metros, enquanto o **degelo em larga escala do permafrost** desencadearia grandes emissões de dióxido de carbono e metano.

Os pontos de rutura globais podem ser difíceis de compreender - mas já estamos a assistir à aproximação de pontos de rutura a nível local e regional, com graves consequências ecológicas, sociais e económicas:



- Na parte ocidental da América do Norte, uma combinação de infestação de escaravelhos do pinheiro e incêndios florestais mais frequentes e ferozes, ambos exacerbados pelas alterações climáticas, está a empurrar as florestas de pinheiros para um ponto de rutura em que serão substituídas por arbustos e prados.
- Na Grande Barreira de Coral, o aumento da temperatura do mar, associado à degradação do ecossistema, conduziu a fenómenos de branqueamento maciço dos corais em 1998, 2002, 2016, 2017, 2020, 2022 e 2024. Embora a Grande Barreira de Coral tenha demonstrado uma resistência notável até à data, é provável que percamos 70-90% de todos os recifes de coral a nível mundial, incluindo a Grande Barreira de Coral, mesmo que consigamos limitar o aquecimento do clima a 1,5°C.
- Na Amazónia, a desflorestação e as alterações climáticas estão a provocar uma redução da precipitação, podendo chegar-se a um ponto de rutura em que as condições ambientais se tornam inadequadas para a floresta tropical, com consequências devastadoras para as pessoas, a biodiversidade e o clima global. Um ponto de viragem poderia estar no horizonte se apenas 20-25% da floresta amazónica fosse destruída - e estima-se que 14-17% já tenha sido desflorestada.

Em muitos casos, o equilíbrio é precário - mas os pontos de rutura ainda podem ser evitados. Temos a oportunidade de intervir agora para aumentar a resiliência dos ecossistemas e reduzir os impactos das alterações climáticas e de outros fatores de stress antes que estes pontos de rutura sejam atingidos.

Estamos a ficar aquém dos nossos objetivos globais

As nações do mundo estabeleceram objetivos globais para um futuro próspero e sustentável, incluindo travar e inverter a perda de biodiversidade (ao abrigo da Convenção sobre a Diversidade Biológica, ou CDB), limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C (ao abrigo do Acordo de Paris) e erradicar a pobreza e garantir o bem-estar humano (ao abrigo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ODS). Mas, apesar destas ambições globais, os compromissos nacionais e as ações no terreno estão muito aquém do que é necessário para cumprir as nossas metas para 2030 e evitar os pontos de rutura que tornariam impossível alcançar os nossos objetivos. Na situação atual:

- Mais de metade das metas dos ODS para 2030 não serão atingidas, com 30% delas a estagnarem ou a piorarem em relação à linha de base de 2015.
- Os compromissos nacionais em matéria de clima conduziriam a um aumento médio da temperatura global de 3°C até ao final do século, desencadeando inevitavelmente múltiplos pontos de rutura catastróficos.
- As estratégias e os planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade são inadequados e carecem de apoio financeiro e institucional.

A abordagem isolada dos objetivos em matéria de clima, biodiversidade e desenvolvimento aumenta o risco de conflitos entre diferentes objetivos - por exemplo, entre a utilização da terra para a produção de alimentos, a conservação da biodiversidade ou as energias renováveis. No entanto, com uma abordagem coordenada e inclusiva, muitos conflitos podem ser evitados e as soluções de compromisso minimizadas e geridas. Abordar os objetivos de uma forma conjunta abre muitas oportunidades potenciais para, simultaneamente, conservar e restaurar a natureza, atenuar e adaptar-se às alterações climáticas e melhorar o bem-estar humano.

Em Portugal, a ação continua aquém das metas. Faltam medidas mais ambiciosas para aumentar a capacidade de sumidouro natural, já que as projeções indicam que será difícil atingir a meta nacional de 13 Mt para o sumidouro de CO₂ no setor do uso dos solos em 2050 - essencial para o objetivo da neutralidade carbónica. Da mesma forma, apesar dos avanços na redução de emissões, os transportes e agricultura estão longe de atingir as metas setoriais para 2030. A solução passa por sinergias entre ação climática, proteção da natureza e biodiversidade e bem-estar humano, garantindo, por exemplo, que a meta para quota de energias renováveis em 2030, é alcançada através de um processo em que a aceleração das energias renováveis é feita com respeito pela natureza e envolvendo todas as partes.

A dimensão do desafio exige uma transformação

Para manter um planeta vivo onde as pessoas e a natureza prosperem, precisamos de ações que respondam à escala do desafio. Precisamos de mais e mais eficazes esforços de conservação, ao mesmo tempo que abordamos sistematicamente os principais fatores de perda de natureza. Para tal, será necessária nada menos do que uma transformação dos nossos sistemas alimentares, energéticos e financeiros.

Transformar a conservação

Apesar do alarmante declínio geral das populações de animais selvagens mostrado no LPI, muitas populações estabilizaram ou aumentaram como resultado dos esforços de conservação. Mas os êxitos isolados e o mero abrandamento do declínio da natureza não são suficientes. Do mesmo modo, os esforços de conservação que não têm em conta os direitos, as necessidades e os valores das pessoas não são suscetíveis de ter êxito a longo prazo.

As áreas protegidas têm sido a pedra angular dos esforços tradicionais de conservação e cobrem atualmente 16% das terras do planeta e 8% dos seus oceanos - embora a sua distribuição seja desigual e muitas não sejam geridas de forma eficaz. O objetivo 3 do Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) exige que 30% das terras, águas e mares sejam protegidos até 2030, enquanto o objetivo 2 visa recuperar 30% das áreas degradadas até 2030. Esta é uma oportunidade imperdível para aumentar a eficácia da conservação a níveis sem precedentes.

Os países precisam de alargar, melhorar, ligar e financiar adequadamente os seus sistemas de áreas protegidas, respeitando simultaneamente os direitos e as necessidades das pessoas afetadas. No entanto, a proteção formal nem sempre é a melhor abordagem, razão pela qual a meta do GBF também permite outras medidas de conservação eficazes baseadas na área, ou OECMs (sigla em inglês). O apoio aos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais pode ser uma das formas mais eficazes de conservar a biodiversidade em escala. Um quarto da área terrestre global é tradicionalmente detida, gerida, utilizada e/ou ocupada por povos indígenas, o que inclui cerca de 35% da área formalmente em áreas protegidas e 35% das restantes áreas terrestres intactas.

Trabalhar com a natureza para abordar questões sociais específicas - conhecidas como soluções baseadas na natureza - também é muito promissor para fazer avançar os objetivos globais em matéria de clima, natureza e desenvolvimento sustentável. As soluções baseadas na natureza para a atenuação das alterações climáticas têm potencial para reduzir as emissões anuais de gases com efeito de estufa em 10-19%, beneficiando simultaneamente os ecossistemas e melhorando os meios de subsistência.

Em Portugal, a ANPIWWF está a restaurar áreas naturais degradadas por incêndios e espécies invasoras, de Norte a Sul do país, substituindo o governo nessa ação. Defendemos que a Lei Europeia do Restauro Ecológico, agora em vigor, seja apoiada por um plano nacional que identifique áreas e espécies prioritárias para recuperação, com financiamento adequado, público e privado. Juntamente com outras ONGAs, queremos mobilizar decisores, empresas e cidadãos na recuperação da natureza. Atualmente, 22,3% da área terrestre do continente está formalmente classificada como Área Protegida e/ou Rede Natura 2000, e apenas 4% do mar português como Área Marinha Protegida. É essencial melhorar a gestão das áreas protegidas existentes e criar novas áreas para assegurar uma rede ecologicamente coerente de proteção da biodiversidade, tanto no mar como em terra. Também promovemos a discussão técnica sobre OECMs, explorando como essas medidas podem contribuir para atingir a meta de proteger 30% do mar até 2030. Além disso, a remoção de barreiras artificiais que bloqueiam o curso natural dos rios é uma das soluções-chave para restaurar os ciclos naturais. Em março de 2023, iniciámos a primeira remoção de uma barreira fluvial em Portugal pela sociedade civil, no concelho de Alcútem, e recentemente removemos outra no concelho de Santarém. Ainda há milhares de barreiras artificiais, muitas obsoletas, que precisam ser removidas para recuperar a saúde dos nossos rios.

Transformar o sistema alimentar

O sistema alimentar mundial é intrinsecamente ilógico. Está a destruir a biodiversidade, a esgotar os recursos hídricos mundiais e a alterar o clima, mas não está a fornecer a nutrição de que as pessoas necessitam. Apesar da produção recorde, cerca de 735 milhões de pessoas vão para a cama com fome todas as noites. As taxas de obesidade estão a aumentar, mesmo quando quase um terço da população mundial não ingere regularmente alimentos nutritivos suficientes. A produção alimentar é um dos principais fatores de declínio da natureza: utiliza 40% de toda a terra habitável, é a principal causa da perda de habitats, representa 70% da utilização da água e é responsável por mais de um quarto das emissões de gases com efeito de estufa. Os custos ocultos dos problemas de saúde e da degradação ambiental no atual sistema alimentar ascendem a 10-15 biliões de dólares por ano, representando 12% do PIB mundial em 2020. Paradoxalmente, o nosso sistema alimentar está a minar a nossa capacidade de alimentar a humanidade agora e no futuro.

Embora o sistema alimentar seja o principal fator de degradação ambiental, não é adequadamente abordado nas principais políticas ambientais internacionais. Precisamos de uma ação coordenada para:

1. Aumentar a escala da produção positiva para a natureza, de modo a fornecer alimentos suficientes para todos e, ao mesmo tempo, permitir que a natureza floresça - otimizando o rendimento das culturas, a produtividade do gado, a captura de peixes selvagens e a produção aquícola de forma sustentável.
2. Assegurar que todas as pessoas no mundo tenham uma dieta nutritiva e saudável, produzida sem desencadear pontos de rutura - o que implicará uma mudança nas escolhas alimentares, incluindo o consumo de uma maior proporção de alimentos de origem vegetal e menos produtos de origem animal na maioria dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que se aborda a subnutrição e a segurança alimentar.
3. Reduzir a perda e o desperdício de alimentos - atualmente, estima-se que 30 a 40% de todos os alimentos produzidos nunca são consumidos, o que representa cerca de um quarto do total de calorias a nível mundial, um quinto da utilização de terras agrícolas e de água e 4,4% das emissões globais de gases com efeito de estufa.
4. Aumentar o apoio financeiro e promover a boa governação para sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e favoráveis à natureza, nomeadamente através da reorientação dos subsídios à agricultura e à pesca, prejudiciais ao ambiente, para apoiar a produção favorável à natureza, reduzir a perda e o desperdício de alimentos, melhorar o consumo e manter os alimentos a preços acessíveis para todos.



O nosso sistema alimentar está a minar a nossa capacidade de alimentar a humanidade agora e no futuro.

Portugal conta com mais de 200 espécies comerciais de pescado, sendo o 3.º maior consumidor per capita do mundo. Na ANPIWWF, promovemos o consumo responsável de pescado, alertando para o impacto das pescas sobre tubarões e raias, e como evitar o consumo oculto dessas espécies. Desenvolvemos o [Guia de Consumo de Proteína](#) para ajudar as pessoas a fazer melhores escolhas proteicas, tanto para a saúde quanto para o planeta. Além disso, propusemos um [Plano Semanal para uma Alimentação Saudável e Sustentável](#), com refeições ajustadas às necessidades nutricionais e alinhadas com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. A ANPIWWF também faz parte da Coligação Cívica “Participar no PEPAC”, sendo um dos seus representantes na Comissão Nacional do PEPAC, com o objetivo de melhorar a governança, a transparência dos subsídios agrícolas, e promover uma agricultura mais sustentável e amiga da natureza.



Transformar o sistema energético

A forma como produzimos e consumimos energia é o principal fator das alterações climáticas, com impactos cada vez mais graves nas pessoas e nos ecossistemas. Sabemos que temos de fazer uma transição rápida dos combustíveis fósseis para as energias renováveis para reduzir para metade as emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e manter o objetivo de 1,5°C. A transição energética deve ser rápida, ecológica e justa, colocando as pessoas e a natureza no seu centro.

Uma transformação mais rápida: Na última década, a capacidade global de produção de energia renovável quase duplicou e os custos da energia eólica, solar e das baterias diminuíram até 85%. No entanto, embora as tendências energéticas estejam a ir na direção certa, o ritmo e a escala ainda não estão perto do que é necessário. Nos próximos cinco anos, temos de triplicar as energias renováveis, duplicar a eficiência energética, eletrificar 20-40% dos veículos ligeiros e modernizar as redes de energia. Para tal, será necessário triplicar o investimento, que passará de um valor estimado de 1,5 biliões de dólares em 2022 para, pelo menos, 4,5 biliões de dólares anuais até 2030.

Uma transformação mais ecológica: A transição energética deve ser coerente com a proteção e a recuperação da natureza. Sem um planeamento cuidadoso e sem salvaguardas ambientais, o desenvolvimento da energia hidroelétrica aumentará a fragmentação dos rios, o desenvolvimento da bioenergia poderá conduzir a alterações significativas na utilização dos solos e as linhas de transmissão e a extração de minerais críticos poderão ter impacto em ecossistemas terrestres, de água doce e oceânicos sensíveis. É necessário um planeamento integrado e cuidadoso para selecionar as energias renováveis certas nos locais certos, evitar impactos negativos à biodiversidade e racionalizar o desenvolvimento energético sem diluir as salvaguardas ambientais.

Uma transformação mais justa: Mais de 770 milhões de pessoas ainda não têm acesso à eletricidade e quase 3 mil milhões de pessoas ainda queimam querosene, carvão, madeira ou outra biomassa para cozinhar. A falta de acesso a soluções modernas de energia renovável contribui significativamente para a pobreza, a desflorestação e a poluição do ar interior - uma das principais causas de mortes prematuras que afeta desproporcionadamente as mulheres e as crianças. Uma transição energética justa terá de garantir que as pessoas tenham acesso a fontes de energia modernas e seguras e que os benefícios e os encargos sejam partilhados de forma equitativa.

Em Portugal, o planeamento para a expansão das energias renováveis já está em curso no ambiente terrestre, mas ainda não se sabe como será feito no ambiente marinho. É essencial que a expansão das renováveis offshore respeite os valores naturais e o equilíbrio dos ecossistemas marinhos, com a definição das áreas de aceleração feita através de um processo participativo, criterioso e baseado na melhor ciência disponível. A transição justa também é um desafio no país. Combater a pobreza energética é crucial, já que em 2020, 34% das pessoas em situação de pobreza não conseguiam aquecer adequadamente as suas casas. Além disso, é necessário enfrentar a pobreza de mobilidade, uma vez que o setor dos transportes tem sido um dos mais atrasados na descarbonização, com desigualdades na oferta e infraestruturas pelo território. A análise da ANPIWWF revela que a transição justa está apenas parcialmente abordada na revisão final do PNEC, sendo urgente realizar uma avaliação completa dos impactos socioeconômicos da transição e criar um plano concreto para eliminar todos os subsídios a combustíveis fósseis até 2030.



**A nível mundial,
mais de metade
do PIB (55%)
é moderada
ou altamente
dependente da
natureza e dos seus
serviços.**

Transformar o sistema financeiro

Para garantir um planeta habitável e próspero, é essencial reorientar o financiamento, afastando-o de atividades prejudiciais e privilegiando modelos e atividades empresariais que contribuam para os objetivos globais em matéria de natureza, clima e desenvolvimento sustentável.

A nível mundial, mais de metade do PIB (55%) - ou seja, cerca de 58 biliões de dólares - depende moderada ou fortemente da natureza e dos seus serviços. No entanto, o nosso sistema económico atual valoriza a natureza quase a zero, conduzindo a uma exploração insustentável dos recursos naturais, à degradação ambiental e às alterações climáticas. O dinheiro continua a ser canalizado para atividades que alimentam as crises da natureza e do clima: os pagamentos diretos, os incentivos fiscais e os subsídios que agravam as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas estão estimados em quase 7 biliões de dólares por ano. Em comparação, os fluxos financeiros positivos para as soluções baseadas na natureza são de uns míseros 200 mil milhões de dólares. Redirecionando apenas 7,7% dos fluxos de financiamento negativo, poderíamos colmatar o défice de financiamento para soluções baseadas na natureza e obter benefícios para a natureza, o clima e o bem-estar humano. Embora o financiamento global do clima para o sector da energia se tenha aproximado dos 1,3 biliões de dólares em 2021/22, a necessidade é de uns impressionantes 9 biliões de dólares anuais, tanto para a mitigação como para a adaptação até 2030. Do mesmo modo, a transição para um sistema alimentar sustentável exige um enorme aumento das despesas para 390-455 mil milhões de dólares anuais provenientes de fontes públicas e privadas - ainda assim, menos do que os governos gastam todos os anos em subsídios agrícolas prejudiciais para o ambiente.

Preencher estas lacunas exige uma mudança sísmica a nível global, nacional e local para que o financiamento flua na direção certa, deixando de prejudicar o planeta e passando a curá-lo. Podemos fazê-lo de duas formas que se reforçam mutuamente. O financiamento verde implica a mobilização de financiamento para a conservação e o impacto climático em grande escala, o que exigirá novas soluções de financiamento verde que envolvam os sectores público e privado - desde fundos, obrigações, empréstimos e produtos de seguros centrados na conservação até ao investimento a longo prazo em empresas e negócios favoráveis à natureza. Tornar as finanças mais verdes implica o alinhamento dos sistemas financeiros para atingir os objetivos em matéria de natureza, clima e desenvolvimento sustentável, nomeadamente através da contabilização do valor da natureza e da abordagem sistemática dos riscos relacionados com a natureza e o clima.

Em Portugal, fizemos uma avaliação crítica do PRR em dois momentos (proposta sujeita a consulta pública, e versão final), dado o potencial que este montante de investimento público teria para impulsionar a economia nacional de forma ambientalmente sustentável após a pandemia. Continuamos a opor-nos ao investimento na barragem do Pisão que irá destruir biodiversidade, e impulsionar um modelo agrícola desadequado e insustentável.



Não é exagero dizer que o que acontecer nos próximos cinco anos determinará o futuro da vida na Terra.

Fazer acontecer

Em cada edição do Relatório Planeta Vivo da WWF, assistimos a um maior declínio do estado da natureza e a uma desestabilização do clima. Isto não pode continuar.

Não é exagero dizer que o que acontecer nos próximos cinco anos determinará o futuro da vida na Terra. Temos cinco anos para colocar o mundo numa trajetória sustentável antes que as reações negativas da degradação da natureza e das alterações climáticas combinadas nos coloquem na encosta descendente de pontos de rutura descontrolados. O risco de fracasso é real - e as consequências quase impensáveis.

Enquanto comunidade mundial, chegámos a acordo sobre o caminho a seguir. Os objetivos globais mostram onde queremos estar e o caminho que temos de percorrer. Todos nós - governos, empresas, organizações, indivíduos - precisamos de fazer o caminho e estar prontos para responsabilizar aqueles que não o fizeram.

Juntos, temos de ser bem-sucedidos. Temos apenas um planeta vivo e uma oportunidade de fazer bem.



Créditos fotográficos

Página 3: © Wil.Amaya / Adobe Stock

Página 4: © Janos / Adobe Stock

Página 6: © The Ocean Agency / Adobe Stock

Página 7: © Wideangle Media / WWF Suíça

Página 8: © viki2win / Shutterstock

Página 9: © Jochen Tack / Alamy Stock

Página 10: © Maxentius Donysius / WWF-Malásia

Página 11: © Leonardo / Adobe Stock

Página 12: © Elly Miller / Adobe Stock

Contracapa: © divedog / Adobe Stock

2024 RELATÓRIO PLANETA VIVO

Um Sistema em Perigo

Escritórios da rede WWF

Arménia	Alemanha	Paraguai
Austrália	Grécia	Peru
Áustria	Guatemala	Filipinas
Azerbaijão	Guiana	Polónia
Bélgica	Honduras	República do Congo
Belize	Hong Kong	Roménia
Butão	Hungria	Sérvia
Bolívia	Índia	Singapura
Brasil	Indonésia	Eslováquia
Bulgária	Itália	Ilhas Salomão
Camboja	Japão	África do Sul
Camarões	Quénia	Espanha
Canadá	Coreia	Suriname
República Centro-Africana	Laos	Suécia
Chile	Madagáscar	Suíça
China	Malásia	Tanzânia
Colômbia	México	Tailândia
Croácia	Mongólia	Tunísia
República Democrática do Congo	Moçambique	Turquia
Dinamarca	Myanmar	Uganda
Equador	Namíbia	Ucrânia
Fiji	Nepal	Reino Unido
Finlândia	Países Baixos	Estados Unidos
França	Nova Zelândia	Vietname
Gabão	Noruega	Zâmbia
Geórgia	Paquistão	Zimbabwe
	Papua-Nova Guiné	

Associados WWF

- Associação Natureza Portugal (Portugal)
- Emirates Nature (EAU)
- Fundación Vida Silvestre (Argentina)
- Pasaules Dabas Fonds (Letónia)

Detalhes da publicação

Publicada em outubro de 2024 pelo WWF - World Wide Fund for Nature (antigo World Wildlife Fund), Gland, Suíça ("WWF").

Qualquer reprodução total ou parcial desta publicação deve respeitar as regras abaixo indicadas e mencionar o título e a editora acima referida como proprietária dos direitos de autor.

Citação recomendada:

WWF (2024) *Relatório Planeta Vivo 2024 - Um Sistema em Perigo*. WWF, Gland, Suíça.

Aviso para texto e gráficos: © 2024 WWF Todos os direitos reservados.

É autorizada a reprodução desta publicação (exceto as fotografias) para fins educativos ou outros fins não comerciais, mediante notificação prévia por escrito ao WWF e a devida menção, tal como acima indicado. É proibida a reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais sem autorização prévia por escrito. A reprodução das fotografias para qualquer fim está sujeita à autorização prévia por escrito do WWF.

Renúncia:

A designação de entidades geográficas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do WWF relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território ou área, ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.



2024 RELATÓRIO PLANETA VIVO

Um Sistema em Perigo

© 2024

Papel 100% reciclado.

© 1986 Símbolo do panda
WWF - World Wide Fund
for Nature (anteriormente
World Wildlife Fund)

® “WWF” é uma marca
registada da WWF.

WWF, Rue Mauverney 28,
1196 Gland, Suíça.

Tel. +41 22 364 9111.

Fax: +41 22 364 0332

Para obter detalhes de
contacto e mais
informações, visite o nosso
sítio Web internacional em
livingplanet.panda.org.



Working to sustain the natural
world for the benefit of people
and wildlife.

together possible™

panda.org